



ISSN 2763-6739



MESTRADO  
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.23720>



**Ismael Xavier Choveque \***

<https://orcid.org/0009-0000-0853-9420>



<https://lattes.cnpq.br/2968370236559306>



**Everson Manjinski\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-8427-5129>



<https://lattes.cnpq.br/1080213560778828>



\* Mestrando em Avaliação Educacional no Instituto Superior de Desenrolamento Rural e Biociência-Niassa e Licenciado em Ensino de Francês pela Universidade Pedagógica-Delegação de Nampula. Professor de língua francesa na Escola Secundaria Geral de Lichinga e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Contextualização no Ensino (NUPECE).

✉ [clesioismaelxavierchoveque@gmail.com](mailto:clesioismaelxavierchoveque@gmail.com)

\*\* Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Educação Inclusiva (PROFEI/UEPG).

✉ [emanjinski@uepg.br](mailto:emanjinski@uepg.br)

**Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique:  
uma análise crítica**

**RESUMO:** Educação inclusiva em Moçambique, é um pacote novo na sua implementação. O objectivo deste estudo é avaliar os desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique, a pesquisa é de natureza qualitativa, baseou-se em revisões bibliográficas onde foi recorrido os autores como: Chambal (2011); Soniva (2022); Rogalski (2010); Favero et al (2009); Frias e Menezes (2009); Nguenha (2018); Cruz (2012) e nas experiências profissionais enquanto professor. Por meio da análise dos escritos destes e ademais autores, os resultados mostram a não formação ou capacitação de professores na área específica para atender a qualquer tipo de criança com deficiência, as infra-estruturas inadequadas e falta de materiais didáticos, são os desafios pontuais na implementação da educação em Moçambique. Concluiu-se que o Ministério de Educação deve introduzir a disciplina de necessidades educativas especiais em todas instituições de formação, apostando na formação de professores, a reconstrução ou construção das infra estruturas devem ser feitas para garantir o acesso de quaisquer diferenças das crianças, e equipa-las didacticamente para que o acesso a aulas seja inclusivo. Para tal o governo deve por em prática e criar mais políticas, estratégias para que responda efectivamente a demanda do direito a educação e garantindo uma educação inclusiva, quantitativa e de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; desafio; implementação.

**Challenges in the implementation of inclusive education in  
Mozambique: a critical analysis**

**ABSTRACT:** Inclusive education in Mozambique is a relatively new concept in its implementation. The aim of this study is to evaluate the challenges in implementing inclusive education in Mozambique. The research is qualitative in nature and is based on bibliographic reviews, drawing on authors such as Chambal (2011), Soniva (2022), Rogalski (2010), Favero et al. (2009), Frias and Menezes (2009), Nguenha (2018), Cruz (2012), and professional experiences as a teacher. Through the analysis of the writings of these and other authors, the results show that the lack of teacher training or qualification in the specific area to support any type of child with disabilities, inadequate infrastructure, and lack of teaching materials are the key challenges in the implementation of education in Mozambique. It was concluded that the Ministry of Education should introduce the subject of special educational needs in all teacher training institutions, focusing on teacher training. The reconstruction or construction of infrastructure should be carried out to ensure access for children with various differences, and these facilities should be equipped with teaching materials to ensure inclusive access to classes. For this to happen, the government must put into practice and create more policies and strategies to effectively respond to the demand for the right to education, ensuring inclusive, quantitative, and quality education for all..

**Keywords:** Inclusive education; challenge; implementation.

## **1. INTRODUÇÃO**

Com a declaração de Salamanca em 1994, o governo moçambicano tem vindo a trabalhar desde em 1998, no sentido de garantir os direitos de crianças com deficiência, por isso, tem aprovado leis, políticas e estratégias focadas a educação inclusiva. E o primeiro projecto a ser introduzido, foi chamado de Escola Inclusivas, tempos depôs, vários documentos como planos estratégicos e tantas outras acções feitas junto com instituições privadas nacionais e internacionais, apoios internos e externos, com o intuito de garantir a educação inclusiva. Por estas acções, fazem com que haja uma garantia de direito a educação e educação de qualidade para todos.

A educação constitui-se como um direito humano (República de Moçambique, 2004) e um catalisador de direitos afins e da possibilidade de conquista da cidadania visando a emancipação e o pleno desenvolvimento humano por meio da socialização (BENEVIDES, AMORIM, & REGO, 2018). Neste sentido, a educação sendo um incentivador de direito para todo cidadão e o desenvolvimento do homem, ela consagra-se na inclusividade dos mesmos cidadãos, ou melhor a educação sendo um direito humano, ela afasta-se da exclusão e da discriminação dos cidadãos. Por esta razão, Sassiki afirma que a,

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. [...] (SASSAKI, 1998, p. 8).

A educação inclusiva refere-se a uma oportunidade ou inserção escolar para todo tipo de aluno a qualquer nível garantindo-lhe um ensino adequado e outras actividades disciplinares ocorridas dentro do recinto escolar. Educação inclusiva pode ser um direito que rege a integração dos alunos independentemente das suas características humanas como raça, altura, estado corporal e condições financeiras, religiosas, etc. A partir deste contexto, esta pesquisa segue-se com o seguinte problema: Que desafios que o governo tem enfrentado na implementação da educação inclusiva em Moçambique?

A escolha desse tema foi através de tantas aprovações de leis, planos estratégicos que afirmam a educação inclusiva, apoio interno e externo que o governo moçambicano tem tido, mas esta educação pouco se faz sentir, assinalando a falta de apoio dos alunos com deficiência e automaticamente violando os seus direitos. O objectivo geral deste estudo é avaliar os desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique. Especificamente vai descrever o percurso histórico da educação inclusiva no cenário internacional; aferir o nível da implementação da educação inclusiva no contexto moçambicano e identificar os desafios na implementação da educação inclusiva.

Para a elaboração deste artigo foi feito uma consulta bibliográfica, onde tivemos o acesso ao banco de dados de Google académico, por onde tivemos várias obras literárias publicadas como; artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento com informações relacionadas a esta pesquisa e fomos ainda nos auxiliar com outros documentos normativos do governo moçambicano, para responder efectivamente a natureza dos objectivos assim como a pergunta da pesquisa. Por isso um dos principais materiais encadeados para o fechamento deste estudo foram: CHAMBAL (2011); SONIVA (2022); ROGALSKI (2010); FAVERO et al (2009); FRIAS e MENEZES (2009); NGUENHA (2018); CRUZ (2012) e alguns documentos do governo moçambicano como planos estratégicos do sector da educação de 2012, Projecto Escolas inclusivas de 2000 e tantos outros matérias que elencados no referencial teórico.

Por questões organizacionais, este artigo está estruturado da seguinte maneira; a) introdução, onde contextualizamos o tema e sua respectiva delimitação, inclui-se o problema, a justificativa, os objectivos da pesquisa e uma breve menção à metodologia; b) fundamentação teórica, onde discutimos as ideias, as definições chaves de diferentes autores, relacionados com o objecto de estudo; c) considerações finais por onde descrevemos as principais descobertas do estudo, as respectivas conclusões e por fim, as referências bibliográficas onde alistou-se as obras lida e citadas neste trabalho.

## **2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Falar da implementação da educação inclusiva, é preciso olhar primeiramente para sua origem, o seu percurso histórico no sentido de compreender as suas particularidades evolutivas, actualmente o quadro de discriminação a pessoas com deficiência é menos acentuado graças ao interesse de todos e de criação de políticas mundiais, em relação aos momentos remotos em que essas políticas estiveram escassas.

Alinhado a isso, Ferreira, et al (2009), explica que durante muito tempo esse contexto vem mudando e assumindo novos papéis e reflexões na sociedade, mas é preciso avançar sempre mais para mudar a história e reconstruí-la. Com isso, mostramos que a educação inclusiva é dos anos mais passados ou começou mesmo nos tempos mais antigos, porque falar de deficiência é referir um grupo que esta dentro de uma sociedade e ancora-se naturalmente à taxa de natalidade, por isso quando a existência de uma população ou sociedade num determinado lugar, a presença de pessoas com deficiência também esta relacionado.

Segundo Fernandes (2007) o historial da educação inclusiva está se transformando através dos intervalos temporais, por isso ela divide-se em dois períodos: O primeiro período foi Pré-científico, em que engloba o extermínio, onde as pessoas com deficiência eram executadas e segregação institucional em que a deficiência foi marcada pela separação através de institutos e asilos credenciados a Igreja Católica e seus dogmas. Portanto, Zavareze (2009), explica que esse tipo de abrigos serviam de depósitos de pessoas, não existiam nenhum interesse em tratamento, cuidado ou inserção destas pessoas na sociedade o objectivo era a separação total.

E a partir do século XIX que é o período científico, que trata da integração, onde já se começa a pensar a educação inclusiva num carácter social, mas ainda longe de ser inclusão, pois neste período a iniciativa partia da própria pessoa e de suas capacidades de adaptação, já a inclusão vê a escola como meio adaptável ao

aluno, todos estão inclusos e precisam de meios para aprender e é o ensino que deve garantir esse direito.

Com essa periodização, faz-nos entender que a educação inclusiva começa por um período crítico, discriminação total e completa, em que as pessoas com deficiências eram excluídas no seio social assim como nas institucionais, mas também havia um gesto religioso, em que a igreja católica acolhia essas pessoas e colocava num espaço específico de forma separável às pessoas normais. Neste caso, concordaria com alguns autores como (JÖNSSON, 1994; MENDES 1995) que afirmam que até o século XVIII, a exclusão acontecia amplamente, ou seja, pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de actividade, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, e essas características eram atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência, e nesta fase, nenhuma atenção educacional era promovida.

E no segundo período, foi a fase científica, onde já se pensava primeiro a educação inclusiva e nas pessoas com deficiências mas de forma particular ou seja a própria pessoa e que criava esforço ou iniciativa de se adaptar, de se juntar com as pessoas normais. E foi mesmo neste século, que começaram as grandes descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde, que passou a se estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas.

Mendes (1995) acrescenta que nesse mesmo século e nos meados do século XX, foram surgindo algumas escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que as pessoas com necessidades especiais, poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento adequado. E segundo Stainback e Stainback (1997) realçam que, ao mesmo tempo, outra tendência se desenvolvia nos Estados Unidos: a criação de “escolas comuns” públicas, onde a maioria das crianças era educada. Frias e Menezes, (2009) salientam que esta fase é marcada por um grande avanço nesta área, algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas as escolas regulares mas sempre em

## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

contra turno as escolas de ensino especializado, e só frequentavam essas escolas os alunos que se aproximassem a um padrão de normalidade e cabiam e eles se adaptar ao ambiente.

Com isso, deixa-nos entender que de todas essas interpretações a pessoas com deficiências, foi uma fase de ponto de vista mini realista em que houve reconhecimento ou uma pré integração social, institucional das pessoas com deficiências e do outro ponto, a reconstrução dos estabelecimentos para apropriar, alojar essas pessoas no sentido de lhes ceder uma educação junto com as pessoas normais. Canziani (1995), conclui que naquela época, o homem com deficiência passou da concepção de invalidez para uma visão de pessoa útil ou inútil, apto ou inapto, baseado no modelo do capitalismo. Por outra, entende-se que naquela época o que estava mais focado era o capitalismo ou mesmo produção económica do interesse dos superiores, a concepção das pessoas normais era de que as tais pessoas com deficiência não seriam capazes de fazer alguma tarefa, nenhum contributo trariam por causa das suas deficiências e lamentavelmente passavam a ser totalmente discriminadas ou separadas a pessoas normais

### **3. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: MOMENTO INICIAL DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Como referimos anteriormente que a discriminação, segregação, exclusão, integração das pessoas com deficiências foi notável e um afastamento longo de políticas educacionais que hoje são ostentadas face a uma educação inclusiva. Segundo Rogalski (2010) diz que é através da Declaração de Salamanca (1994) onde a Educação Inclusiva iniciou e ganha força. O autor ainda diz que nesta declaração realizou-se no dia 7 a 10 de Junho de 1994, na cidade de Barcelona, Espanha, que resultou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais e contou com a participação de noventa e dois representantes governamentais e vinte e cinco organizações internacionais. E este documento tem como princípio norteador, a ideia de que:

## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

O princípio fundamental desta linha de Acção é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17-18).

Para Bueno (2002, p.2), a Declaração de Salamanca significa um avanço pois, conforme está expresso em seu texto, todos os governos devem atribuir

[...] a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Nesta perspectiva nota-se que esta declaração foi fortemente determinante para acabar com a discriminação, segregação e mal visto dos alunos com deficiências e de salvaguardar a sua dignidade, reconhecer as suas diversidades e incluir na educação.

Ou seja a declaração de Salamanca abre porta da inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais na escola comum, e não só garantir o acesso, mas também a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino e respeitando sua individualidade e identidade social.

A educação inclusiva pode ser definida como uma prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconómica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. Stainback e Stainback, (1999 apud NETO e al 2018.p 85).

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar a escola em algum momento. (MITTLER, 2003, p. 236).

Com esses dizeres acima, entendemos que a educação inclusiva é aquela que independentemente das diversidades, das diferenças, do individualismo do aluno,



## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

seja inserido ou incluído na educação, inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos com deficiência são incluídos e devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular. A inclusão vem dizer e determinar que as pessoas são iguais e importantes numa determinada sociedade, com isso, a diversidade e as diferenças tornam o meio escolar culturalmente único e rico, promovendo novas aprendizagens para pessoas com deficiência ou pessoas que por qualquer motivo não se adaptam ao sistema escolar e são excluídas.

Portanto com o surgimento da declaração de Salamanca repudia totalmente, as ideologias, acções, a maneira de ser tratadas as pessoas com deficiência, trazendo pilares, directrizes sustentáveis da inclusão social e principalmente para uma educação inclusiva.

### **4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO MOÇAMBICANO**

Moçambique é um país também inclusivo como os outros, em que o seu governo se tem preocupado criando esforços, leis, estratégias e políticas para por em prática a inclusão educacional, aliás até porque o país plasmou na sua Constituição da República (2004), que a educação é um dever e direito de todos cidadãos incluindo pessoas com deficiência, e o Estado é responsável na promoção e na extensão da rede da educação à formação profissional contínua, assim como na igualdade de acesso de todos os cidadãos, ao gozo deste direito tal como encontram-se plasmados nos 10 e 20 do Art.º 88 da Constituição da República de Moçambique. No entanto, até ai mostra a clareza de um compromisso, que a educação inclusiva em Moçambique é algo prioritário e o governo alinha-se dentro do padrão, daquilo que são as directrizes plasmadas na declaração de Salamanca.

Antes porem, o momento em que foi originado a declaração de Salamanca em 1994, e com a definição da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1998) defendendo a educação inclusiva à criança num quadro de

igualdade de oportunidades, (KELMAN, 2010; Nhapuala (2014). A educação inclusiva começou a ser apontada vigorosamente como um construtor a ser explorado (CHAMBAL, 2011; NHAPUALA, 2014), a partir daí, Moçambique tem estado a implementar ou apresenta-se como uma indicação na implementação de políticas da educação inclusiva. Por outra, Moçambique começou recentemente abordar sobre a educação inclusiva na década de 1990, mesmo assim nota-se o compromisso do governo em responder as necessidades dos alunos com deficiência, como acrescenta o autor que:

A implementação da educação inclusiva em Moçambique é relativamente recente. Despoletada em larga medida pelos apelos decorrentes da conferência mundial sobre necessidades educativas especiais (NEE) na qual se produziu a Declaração de Salamanca, o país adopta formalmente em 1998 a educação inclusiva visando, entre outros aspectos, assegurar que todas as crianças e jovens, incluindo aquelas com NEE sejam escolarizadas no ensino regular (MINED, 1997). [...] (NHAPUALA; AMEIDA, 2016, p.02).

Nhapuala (2014) realça que a educação inclusiva foi introduzida em Moçambique pelo Ministério da Educação (MINED, 1998). Na altura, implementou-se um projecto-piloto (projecto escolas inclusivas), com principais intuitos, (a) a mobilização dos representantes do Governo em relação à educação de crianças e jovens com necessidades excepcionais e (b) a elaboração de um projecto-piloto a partir do qual seriam constituídas as bases para o plano de acção para a implementação das escolas inclusivas (cf., MINED, 1998).

Após perto de 24 meses “foi constado que os resultados obtidos desta fase piloto, estavam respondendo aos objectivos e estratégias estabelecidos para a implantação, gestão e expansão do projecto, escolas inclusivas, no território nacional” (MINED, 2000; 2012). Tendo sido criadas as bases para a formalização da educação inclusiva, introduziu-se esta abordagem como parte integrante do Plano Estratégico do Sector da Educação 1997-2001 que, sob o slogan “Combater a exclusão e Renovar a escola”, assumiu valores como a inclusão e participação de todas as crianças no sistema regular de ensino, incluindo pessoas ou alunos com deficiência (NHAPUALA, 2014).

## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

Para o período de 1998-2003, o governo junto com o seu ministério de Educação desenhou um plano estratégico (PEE 1998-2003), sendo o instrumento oficial para a implementação das políticas de educação, tendo como base de apoio o Plano Nacional de Educação. Como explicam Guebert e Rodrigues (2021 apud NHAUELEQUE & CAETANO, 2023), que é este plano que defende a ampliação das oportunidades educativas para crianças com deficiência, que são aquelas crianças que sofreram traumatismos físicos e emocionais durante a guerra, que foram impedidas de frequentar a escola ou diminuíram a sua capacidade de aprenderem em salas de aula tradicionais.

Com isso, mostra que o país dependendo das suas características educacionais, financeiras e populacionais se tem procurado meios, instrumentos possíveis de adequar a sua realidade face a implementação de forma satisfatória da educação inclusiva. Como diz Soniva (2021), a criação das políticas de educação inclusiva em Moçambique encontra-se em processo de desenvolvimento e profundas descobertas, com diferentes desafios no seu processo de implementação por ser um país pobre, essas políticas são utilizadas como forma de conduta para a implementação da educação inclusiva. E por sua vez Nhapuala (2014), diz que a implementação da educação inclusiva em Moçambique está ganhando espaço em qualquer nível de debate, tendo em conta que o país esta em busca de um modelo apropriado considerando as experiencia mais sucedidos a nível mundial e as particularidades do país em especial do sector da educação.

Guebert e Rodrigues (2021), explicam-nos que em 1998 o Ministério da Educação de Moçambique com ajuda da UNESCO, conseguiu garantir um projecto chamado “Escolas Inclusivas”, com o objectivo de lutar contra a exclusão e assegurar a promoção da escolaridade para todos. O objectivo desse projecto foi de melhorar o desempenho escolar desses alunos, oferecer apoio e serviços médicos, assim como implementar acessibilidade e serviços educacionais inclusivos para promover a inclusão social. Os autores acima falam também do Plano Estratégico de Educação (PEE, 2012-2016) feito em 2012, que o governo, por meio do Ministério de Educação, projecta promover o direito de todas as crianças, jovens e adultos à educação básica,

incluindo aquelas que apresentam limitações físicas e/ou de aprendizagem e, portanto, necessitam de uma atenção educativa especial<sup>1</sup>.

Para além disso, o país está vigorando aos poucos um documento que foi criado em 2020, que se chama plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029, este instrumento foi criado com o objectivo de guiar as intervenções do Governo de Moçambique, no sector da Educação, e dar sequência aos esforços desenvolvidos pelos vários intervenientes para o crescimento do Sistema Nacional de Educação (SNE), e uma das missões deste documento, é implementar um sistema nacional de educação inclusivo, equitativo, eficiente, eficaz e inovador, capaz de garantir uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida. E descreve como serão integradas as questões relacionadas com a equidade de género; a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, incluindo deficiência; a prevenção e resposta à violência contra as crianças na escola; a educação em situação de emergência; o desporto escolar; e a alimentação escolar e nutrição.

Entretanto, apesar de ser um conteúdo novo para este país, o governo moçambicano mostra que tem proporcionado esforços, acções no sentido de garantir a educação inclusiva ou para atender as crianças com necessidades educativas e projectar actividades a ser realizadas, no sentido que a educação inclusiva seja reconhecida, valorizada de forma contínua, seja a nível educacional e social.

Ao contrário disso, reconhecemos as acções feitas, mas o governo tem muito de fazer, ainda deve se preparar para o melhor, é notório a não aplicabilidade das leis, políticas ou mesmo as estratégias acima mencionadas, a vontade e a seriedade devem ser os indicadores chaves para concretizar essas todas políticas. A educação inclusiva pouco se faz sentir em Moçambique, e há insuficiências de mais acções,

<sup>1</sup> Refere-se as acções feitas para atender as necessidades educacionais específicas de alunos portadores de deficiência.

## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

tantas leis e políticas bem traçadas, mais poucas realizações. É preciso fazer acontecer e projectar a educação inclusiva, buscando mais novas ideologias e experiências noutros países com a educação inclusiva mais acentuada em termos da sua concretização, se a vontade e a seriedade não existir no governo, o baixo nível da execução dessas leis será alarmante e a educação inclusiva cada vez mais incerta e longe do desejado.

### **5. DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O termo desafio pode ser interpretado de diferentes formas e ser aplicado dependentemente do contexto. Para tal, de acordo com Costa e Melo (1984, p. 489) desafio refere-se ao "acto ou efeito de desafiar ou chamar alguém ao combate, provocação, duelo, luta, competição, etc.". Neste sentido, podemos afirmar que aquilo que é difícil de resolver, barreiras, complicações, pode considerar-se como desafio. Aliás consultado o termo no Dicionário Online de Português refere que desafio é o "acto [sic] de instigar alguém para que realize alguma coisa, normalmente além das suas competências ou habilidades; ocasião ou grande obstáculo que deve ser ultrapassado (<https://www.dicio.com.br/desafio/>).

Com isso, o enquadrando do termo desafio na área gestora, podemos considerar que são dificuldades, barreiras que podem ser encontradas na implementação ou mesmo na concretização de uma política, um objectivo a ser alcançado numa determinada área. Por isso a implementação da educação inclusiva em Moçambique segundo os estudos, tem tido desafios ou dificuldades. Para além disso, como referimos anteriormente que esta política para Moçambique é um pacote novo, que marcou os primeiros momentos em 1998, e com suas condições financeiras baixas que reflecte a realidade do país, sempre poderá enfrentar vários desafios.

Matola e Cumbane (2023) dizem que é um grande desafio a inclusão dos alunos com necessidades educativas no ensino público geral e nas turmas regulares, uma vez que isso constitui uma grande relação entre os professores e a escola. E os mesmos autores avançam que o maior problema para a implementação efectiva da política de educação inclusiva nas escolas moçambicanas esta relacionada com a

problemática da formação de professores e outros actores intervenientes no processo de ensino e aprendizagem (PEA).

Com isso, Vasconcelos (2012), reforça que todo professor em exercício precisa de algum conhecimento sobre deficiência e dificuldades de aprendizagem, competências para o ensino destes alunos, e a capacidade para lidar com alunos com necessidades mais evidentes e salientes. Nesta perspectiva os professores devem estar cientes, preparados psicopedagogicamente para uma intervenção saudável de quaisquer diferenças, com o intuito de atender e plantar uma educação inclusiva e qualitativa face aos alunos com deficiências.

Para Sousa (2017), realça que a formação do professor é crucial no processo de inclusão, no entanto, ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efectivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusiva.

O professor sendo um interveniente primordial no processo de ensino aprendizagem e directivo com os alunos com necessidades educativas, o governo é obrigado a o dar oportunidades de formação ou capacitação para mais conhecimentos específicos e preparado para lidar com as diferenças dos aluno e satisfazer a qualidade educacional. Por outra, o professor é um elemento fundamental para garantir a educação de qualidade e o mesmo deve ter habilidades que lhe permitem compreender e intervir nas diferentes situações com as quais se depara, Com isso a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais<sup>2</sup> em Moçambique continua sendo um grande desafio por parte do processo de formação dos professores.

Ainda Segundo Matola e Cumbane (2023) outros desafios que condicionam a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas escolas, prendem-se com a distância para aceder à escola, inadequação das infra-estruturas escolares,

<sup>2</sup>As Necessidades Educativas Especiais são aquelas dificuldades de aprendizagem diferentes maiores que o comum, isto é, um pouco mais amplas e profundo, e que precisam de uma assistência complementar e específica, (Cruz, 2012).

## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

a incapacidade das famílias para custear a educação, aspectos de natureza cultural, condições escolares precárias que desencorajam a frequência escolar. O outro desafio, está relacionado com a idade e inexperiência dos professores nos últimos anos. Os professores são poucos, muitas vezes muito jovens e inexperientes, com pouca formação em disciplinas básicas e sem nenhuma formação em deficiência e educação inclusiva.

A implementação da política da EI encontra desafios relativos à falta de formação dos professores, a inexistência de infra-estrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência, assim como da fraca colaboração dos pais e encarregados de educação para o sucesso dos seus educandos. (NGUENHA 2018, p45)

O mesmo autor realça que a educação inclusiva é um campo que alavanca imensas discussões em relação as suas acções da implementação e tem tido limitações de natureza formativa, regulamentar, financeira e de infra-estruturas a saber:

- a) A falta de materiais didácticos para tornar efectiva o PEA dos alunos com NEE nas escolas inclusivas;
- b) A falta de reestruturação das escolas cria barreira ao acesso dos alunos com NEE, limita as oportunidades de sua aprendizagem apenas ao ensino primário e impõe desafios para a comunidade escolar;
- c) A falta da realização dos direitos desses alunos que, embora inclusos no contexto da política de inclusão, se tornam excluídos por a escola não satisfazer as suas necessidades de aprendizagem.

Esses são os desafios que os autores acima apontam na implementação da política da educação inclusiva no contexto moçambicano e nota-se que os mesmos, presume-se a falta de recursos financeiros, Ou seja o governo moçambicano não tem criado condições financeiras suficiente para ultrapassar esses desafios ou atender de forma digna os alunos com deficiências, a falta dos recursos financeiros, é falta da educação, a insuficiência dos recurso financeiros é a degradação das infra estruturas,

violação dos direitos e ma qualidade da educação. É preciso reverter o cenário dos recursos financeiros para ter uma imagem produtiva da educação inclusiva.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ministério de educação moçambicano adoptou a educação inclusiva em 1998, e em 2004 foi plasmada na sua Constituição da República, com esta transição, várias acções foram realizadas, que culminou com aprovação de leis, criação de políticas, e divulgação de planos estratégicos, com essas actividades, mostram que a educação inclusiva no governo moçambicano é uma projecção prioritária no sentido de satisfazer os direitos dessas crianças. Mas apesar dessas acções interventivas do governo, a implementação da educação inclusiva, caracteriza-se por vários desafios como formação ou capacitação de uma área específica dos professores, infra-estruturas inapropriadas, falta de materiais didácticos. Face a esses desafios, a implementação da educação violam taxativamente os direitos a educação assim como os direitos das crianças com deficiências e automaticamente a educação qualitativa e quantiava alonga-se das suas expectativas, plantando-se uma total exclusão e discriminação das crianças no processo de ensino e aprendizagem.

E para lidar com essas implicações, o governo deve apostar rigorosamente na formação de professores, isto é, introduzindo a disciplina Necessidades Educativas educacionais (NEE) em todas instituições de formação, assim como nas universidades ligadas a formação de professores, e nestas instituições, esta disciplina deve fazer parte daquelas de tronco comum e de carácter precedente, como por exemplo NEE1, NEE2 e NEE3 nos institutos e NEE1 a NEE4 nas universidades e ser leccionadas de forma rigorosa e prática, para que os graduados tenham bagagem suficiente para intervir qualquer situação ou diferenças dos alunos, garantindo a inclusão. Materialização didáctica nas escolas é também uma das recomendações para facilitar a transmissão de conteúdos ou conhecimento de forma adequada a crianças com deficiência.

O governo precisa disponibilizar recursos financeiros, porque o melhoramento



## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

das infraestruturas é também imperioso para acomodar essas crianças, as infraestruturas saudáveis, afectam positivamente no processo de ensino e aprendizagem, ao melhorar essas infra estruturas, é preciso olhar o acesso a recinto escolar e o acesso a sala de aula das crianças com deficiências. O governo precisa ficar mais atento, seja no exterior assim como no interior, na criação de mais políticas, estratégias, acções para lidar com esses ou outros desafios, mas também não basta documentar ou idealizar, mas sim precisa realizar, executar ou concretizar essas leis.

As escolas devem ser inclusivas, reconhecendo as diferenças dos alunos, apoiando-lhes moralmente, emocionalmente, fisicamente e materialmente naquilo que eles necessitam. Assim podemos espelhar, garantir a inclusão, e educação de qualidade para todos.

## **REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

- CANZIANI, M. L. Crianças Deficientes, Psicodiagnóstico. Educação. Porto Alegre RS - 1995.
- CHAMBAL, L. A. "As políticas de inclusão escolar em Moçambique e a escolarização dos alunos com deficiências, uma trajectória de pesquisa". X Congresso Nacional de Educação. EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pp. 16510-16526. 2011.
- COSTA, J. & Melo, A. S. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Porto Editora. 1984.
- CRUZ, S. F. P. Alunos com Necessidades Educativas Especiais: dificuldades sentidas pelos professores de Educação especial, Trabalho Científico apresentado Escola Superior de Educação. Lisboa, 2012.
- FAVERO Osmar, FERREIRA Winduz, IRLAND Timothy e BARREIROS Debora. Tornar a educação inclusiva, Brasília, UNESCO, 2009.
- FRIAS Elzabel, MENEZES Maria. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais. 2009.
- JÖNSSON, T. Inclusive education. Hyderabad Índia: THPI, 1994, 158p.
- KELMAN, C. A. "Sociedade, Educação e Cultura". In: Maciel, D. A. & Barbato, S. (Orgs.) Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, Brasília: UNB, p. 11-53. 2010,
- MATOLA, Rosa Rafael; Cumbane, Rosário Inácio. Os desafios da educação Inclusiva nas escolas regulares Moçambicanas. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), 3 (Especial II): 150-159. out. 2023.
- MENDES, E. G. Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.
- MOCAMBIQUE. Ministério de Educação. Consultoria ao Projecto "Escolas Inclusivas". Maputo. (1998).
- MOCAMBIQUE. Ministério de Educação. Plano estratégico do sector da Educação-2012-2016. Maputo. 2012.
- MOCAMBIQUE. Ministério de Educação. Projecto Escolas inclusivas: Relatório Preliminar da Fase Piloto. Maputo. (2000).
- MOZAMBIQUE (Org.). Constituição da República: Moçambique: texto aprovado na assembleia da república em 16 de Novembro de 2004. Maputo, Moçambique: Escola Editora, 2009.
- NETO, A de O, S; Ávila, É. G; Sales, T. R. R; Amorim, S. S; Nunes, A. K; Santos V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | Jan./Mar. 2018.
- NGUENHA Arlieta Manuel. Análise dos desafios enfrentados pela comunidade escolar na implementação da política de educação inclusiva. Dissertação de Mestrado. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Dezembro de 2018.
- NHAPUALA, G. A. Formação psicológica inicial de professores: atenção à educação inclusiva em Moçambique. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.2014.
- NHAPUALA, Gildo e AMEIDA, Leandro. Formação de professores e inclusão em Moçambique. Journal of Research in Special Educational Needs Volume 16, Number s1. 2016.

## **Desafios na implementação da educação inclusiva em Moçambique: uma análise crítica**

Ismael Xavier Choveque e Everson Manjinski

NHAUELEQUE, S. L; Caetano, L.M. D. Políticas públicas e educação inclusiva: análise no contexto moçambicano. Revista África e Africanidades, Ano XVI – ed. 46, Maio – ISSN: 1983-2354. 2023.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique. Maputo. 2004.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. Revista de educação do ideau. Vol. 5 – Nº 12 - Julho – Dezembro. 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

SONIVA, Rosário Gil José. Políticas públicas de educação inclusiva em Moçambique: reflexão dos documentos legais internacionais e nacionais. 2021. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/politicas-publicas-de-educacao-inclusiva-em-mocambique-reflexao-dos-documentos-legais-internacionais-e-nacionais/167742>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. Educating all students in regular education. TASH Newsletter, v. 13, n.º 4, p. 1-7, 1997.

UNESCO, Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade, Informe final. Salamanca, Espanha. 1994.

UNICEF, Convenção sobre os direitos da criança. Portugal.1998.

VASCONCELOS, C. R. M. Formação de Professores e Educação Inclusiva: uma perspectiva de docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico na ilha de S. Miguel. Porto, 2012.